

Memória da reunião do PDI

Campus Itaqui

Memória da reunião do PDI realizada em Itaqui no dia 14/09/18, das 11h30 às 12h e das 14h às 19h, na sala 220 do Campus.

Foram registradas nessa memória as falas de: Marco Antônio Fontoura Hanse (Reitor), Luís Hamilton Tarragô (representando a PROPLAN), Carla Pohl Sehn (Diretora em Exercício), Caroline Ferreira (representando a PROGEPE), Pierre Martins (representando o DTIC), Paulo de Tarso Irizaga (representando a PROPPI), Diogo Elwanger (representando a PRAEC), Maria do Socorro (representando a EAD), Ricardo Carpes (representando a PROGRAD), Mauro Lemos (representando a PROEXT), Rafael Sais (representando a PROPLAN), Evelton Ferreira (PROAD), Felipe Batista Ethur (TAE), Vinícius Piccin (docente), José Carlos Severo (docente), Eduardo Azevedo (docente), Elias Keivison (discente), Paula Ribeiro (docente), Luciana Ethur (docente), Graciela Centenaro (docente), Bruno Martinato (PROGRAD), Ciro Sanches Lopes (Coordenador Administrativo), Joice Trindade (docente), Pedro Madruga (PROPPI), Tiago André (docente), Diogo Martinez (discente), Fernanda Fiorda (docente), Sílvia Bentancourt (TAE), Leugim Romio (docente), Nádia Oliveira (docente), Bruno Fraga (docente) e Luís Lima (representando a PROGEPE). Essas e as demais falas poderão ser confrontadas, retificadas ou complementadas a partir da análise da gravação em áudio e vídeo realizada durante a reunião. A reunião foi aberta às 11h30 e devido ao horário do almoço ficou ajustado que o reinício seria às 13h. às 13h10 a Diretora em Exercício abriu a reunião na sua fala, destacando que todos devem se sentir à vontade para colaborar com a construção do texto do PDI. O Reitor frisou a importância do PDI na construção de uma universidade que atenda a todas as necessidades da sociedade. Ele Justificou a ausência momentânea do Pró-reitor Luís Hamilton e na sua fala sobre o PDI destacou que o planejamento deverá levar em consideração os próximos cinco anos e ser exequível. Se a economia do país melhorar a discussão sobre o que foi pactuado poderá ser discutido de forma ampla e democrática, pensando sempre nos riscos

envolvidos. O olhar a respeito da pós e o fortalecimento da graduação deverão ser observados, elencando outras prioridades da comunidade acadêmica. Além disso, a qualidade de vida dos servidores deverá ser levada em consideração. O Pró-Reitor Evelton explicou como será a dinâmica dos trabalhos, salientando que todos terão o seu tempo e espaço para se manifestar e colaborar com o debate. Rafael Sais detalhou a dinâmica de discussão e transição entre os eixos, que foi pensado de forma que desencadeasse em uma discussão sequencial e crescente. Às 13h25 reiniciaram os trabalhos com o Eixo Perfil Institucional. Evelton solicitou que os presentes se manifestassem. Felipe Ethur, representando a Comissão Local, informou que realizou as anotações pertinentes em forma de texto. A diretora fez uso da palavra e destacou quais eram os pontos fortes, fracos, ameaças etc. Uma das propostas dizia respeito à página de extensão dentro da página do campus, principalmente em virtude do perfil extensionista do Campus, mesmo que o número de projetos não reflita isso. Mauro (PROEXT) destacou que o evento que está ocorrendo em Bagé e que levou à convocação dos coordenadores é importante para se dar mais um passo em relação à qualificação pedagógica e didática. Fez um elogio ao Campus pelo reconhecimento da universidade se relacionar com a comunidade no que tange a extensão. Dando continuidade a reunião foram apontadas as seguintes críticas da Comissão Local: o prazo diminuto para o diagnóstico que ocasionou a perda na qualidade do trabalho de análise dos dados coletados. Além disso, a agenda coincidente que fez com que os coordenadores de curso estejam ao mesmo tempo participando de atividade em Bagé em vez de estar discutindo o PDI no Campus. O professor Vinícius abordou que um diagnóstico dessa magnitude foi complicado de ser feito em um prazo diminuto, ainda mais pela questão do treinamento e análise dos dados. Mas a Comissão trabalhou com empenho e ele destaca que a relação da Unipampa com a comunidade, ainda mais pelo fato da Unipampa ser nova e quem a “sustenta” é a comunidade. Por isso, é importante aprofundar a aproximação da Universidade com a comunidade. É importante que a comunidade venha até a Unipampa e a conheça e a valorize. Por isso, é preciso pensar enquanto Unipampa em um processo de comunicação com a comunidade de modo mais amplo e bem pensado. Ficou claro no debate a burocratização e por isso é preciso facilitar o acesso a editais, projetos e a própria prestação de contas. A questão da interdisciplinaridade foi debatida e observou-se que a instituição deverá pensar em práticas institucionais que pensem de maneira global isso. O Reitor elencou que além da disciplinaridade a multidisciplinaridade também deverá ser fomentada e a comunicação da Unipampa com a comunidade deverá ser cada vez maior, e por isso é vital gerar produtos úteis para a sociedade. Para ele, temos que oferecer uma prestação de serviço que seja reconhecida pela população. Com a fundação as ações de extensão poderão ser fomentadas, pois já tivemos situações de devolução de recursos por causa da ausência de uma estrutura que permitisse o uso dos valores de forma menos burocrática. A questão de recursos não depende apenas da Unipampa, pois o próprio caminho do orçamento faz com que a Unipampa sofra com isso. Quanto ao prazo diminuto para construção do diagnóstico o

Reitor frisou que haverá um segundo momento para o Campus rever as proposições e a reflexão produzida em um campus poderá complementar a realizada em outro. Felipe sugeriu um espaço no site que facilitasse a comunicação que hoje é maior por e-mail, o ideal seria um layout que facilitasse a propagação de notícias. A diretora frisou que a Comissão apontou a falta de uma boa comunicação como um problema e citou, por exemplo, o próprio PDI e a CPA. Carla frisou que a fragilidade é que cada servidor que entra em exercício acaba por ficar em um “limbo”, pois não tem SIAPE, não pode acessar o sistema, não pode imprimir documentos e falta uma recepção mais rápida, além do conhecimento da Lei 8.112/90 e dos fluxos burocráticos da instituição. Caroline afirmou que a PROGEPE está criando uma cartilha para orientar os servidores e acolhê-los de maneira mais eficiente. José Carlos destacou que ela ministra componente curricular de administração e gestão e percebe que a própria Unipampa falha em coisas básicas e os próprios estudantes percebem isso na discussão em sala de aula. Ele percebe que falta autocrítica a instituição e mesmo o acolhimento precisa de espaço de discussão contínuo para que todos possam se apropriar dos processos. Muitas demandas são respondidas de maneira diferente entre os campi porque falta comunicação. Ele próprio afirmou que conhece apenas três pró-reitores e isso reflete uma falha simples de comunicação e o próprio desconhecimento. Lima afirmou que José Carlos foi pontual na sua fala e destacou que o servidor Rafael da PROPLAN fez menção à gestão de processos, redimensionamento que permitirá que seja percebida uma melhora na dinâmica de trabalho da instituição. O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas frisou que todos devem estar inseridos no trabalho de gestão, pois os gestores mudam e o trabalho deve ser contínuo e se evitar a tensão no trabalho que gera problemas na qualidade de vida do servidor. Luís Hamilton, após se manifestar sobre a sua ausência na primeira parte da reunião, frisou que o mapeamento de processos será importante para que a Unipampa mude o seu paradigma e isso deve ser um objetivo estratégico. Vinícius destacou que falta convivência e integração na Unipampa, pois há uma carência disso na instituição. O apoio contínuo aos discentes com uma estrutura institucional que, por exemplo, unifique a questão da Ouvidoria, NuDE e Secretaria Acadêmica. Para ele, o programa de rádio é uma experiência que deveria ser pensada a nível institucional, além de ampliar e criar novos canais de comunicação. Além disso, a capacitação pedagógica mais frequente e contínua dos professores é um ponto a ser melhorado, além da ampliação do aumento do espaço físico para servidores. Para Felipe Ethur, falta paisagismo e espaços esportivos, culturais e de estudo que estimulem os alunos a permanecerem no campus em horários dos mais variados. Em suma, faltam áreas de convivência. Para o Reitor, a questão dos programas de rádio está sendo discutida na reitoria. Ele afirmou que a implantação do SEI permitirá que a tramitação dos processos seja mais dinâmica e rápida, permitindo que a tenhamos economia de recursos e tempo. Ele concordou que a comunicação precisa melhorar, pois é uma questão fundamental na rotina da instituição. A descentralização dos recursos para os campi será positiva, pois eles aprenderão a criar a cultura de economizar e pensar melhor o uso dos recursos.

Quanto aos terceirizados, há um gasto altíssimo e isso faz com que sobre pouco para investimento. A falta de locais de convivência é importante, mas é preciso lembrar que em relação aos primeiros anos da Unipampa estamos caminhando bem, embora tenhamos muito que melhorar. É preciso lembrar que algumas decisões tomadas foram mal pensadas e isso, agora, está acarretando em repensar e otimizar recursos diante do novo cenário. O Reitor continuou a sua fala afirmando que temos que enfrentar os desafios e a solução é pensar em discutir e resolver os problemas. Frisou que o apelo e a inserção regional da Unipampa são pontos fortes que devem ser levados em consideração. O reitor destacou que só nas instituições de ensino federal não há o adicional de fronteira, sendo que em outros órgãos há esse benefício. Professor Lima apontou que a má distribuição de servidores e a estrutura dos campi têm que serem vistas pelo perfil dos campi, pois quem tem mais laboratórios terá mais servidores e, diante da afirmação de que há setores com muitos servidores, será importante o redimensionamento de pessoal. A instituição do plano de atividades será importante, pois permitirá que de forma efetiva seja possível caminharmos na direção da sociedade perceber onde, como e quando o professor ou o técnico está trabalhando. Ele finaliza a sua fala convidando a todos para fazerem do ambiente de trabalho um local que faça com que as pessoas sintam prazer em trabalhar e continuar na instituição. Felipe apontou que há um problema na questão das chefias, pois a Coordenação Acadêmica fica sobrecarregada e a chefia dos setores na verdade não exerce o seu papel. Para ele, ser chefe de muitos servidores, que é o caso da coordenação acadêmica, torna o trabalho complicado. Ele entende que a estrutura da instituição precisa ser operacional para que desafogue a coordenação acadêmica. Para ele, a chefia do setor tem que realmente ser chefe e não apenas chefia do setor para fins apenas administrativos. Para ele, o outro problema que afeta o trabalho dos TAEs seria a questão das férias agendadas pelo sistema. Para ele, o servidor tem direito as férias e não precisa informar quem poderá sair ou não de férias. Segundo Felipe, a chefia do setor deverá, junto com os servidores que ali trabalham, acordar as férias. Como os TAEs não exercem atividade fim não há problema em tirar férias durante o período letivo. Para ele, não há esse conflito e a categoria precisa de uma posição clara a respeito. Há o caso de servidores que não tem substituição como Nutricionista e Pedagogo que podem tirar férias, mas nos laboratórios que possuem mais de três servidores há a questão das férias que podem ser negadas por causa do setor. Razões pessoais de férias não podem ser objeto de análise em documentos. Caroline (NUDEPE) registrou que a fala de Felipe é pertinente, pois ela percebe que muitos processos precisam ser melhorados e nesse planejamento do PDI é satisfatório perceber que mapearam uma situação prejudicial para a categoria. Ela entende que escolhas de gestão de pessoas que foram feitas antes, talvez por força da legislação, hoje não são pertinentes. A questão da burocracia e centralização da responsabilidade da gestão serão solucionadas com o SIORG, pois a estrutura do trabalho diminuirá a burocracia. Quanto à questão das férias o ideal é formalizar à PROGEPE e inserir no PDI. Diante da demanda, Lima solicitou que coloquem no PDI a discussão a respeito

das férias. Para ele, as férias são uma questão de percepção, complexa e nem sempre vamos conseguir gozar as férias quando quisermos. Para ele, é preciso harmonia na escala de férias. Os conflitos são positivos de certo modo, pois permitem a discussão a respeito e o crescimento da instituição. Complementou a sua fala afirmando que com a mudança do regimento os encargos do coordenador acadêmico serão revistos. Ricardo Carpes colaborou afirmando que está sendo feita a análise de mudança nas atribuições do coordenador acadêmico, ainda mais pelo fato de que os servidores estão evitando se propor a exercer o cargo diante da grande demanda. A proposição é de discutir nos campi e propor em dezembro. A diretora afirmou que há a discussão sobre a demanda do coordenador acadêmico está sendo fomentada desde o ano passado e ela, pela questão do acidente do diretor, teve que aprender na prática a ser coordenadora e depois diretora. Questiona os presentes sobre a dificuldade de uma equipe diretiva em terminar o mandato no campus e se isso não seria um claro sinal de que algo não está funcionando bem na rotina de serviço e nas relações humanas. Ela informou que não é fácil conseguir um voluntário para ser coordenador acadêmico e isso mostra que as inúmeras demandas do cargo não estimulam as pessoas a trabalhar. O Reitor destacou que o diretor acaba exercendo a própria atividade de coordenador acadêmico nas férias do coordenador. Continuando a sua fala, o Reitor apresentou dados que preocupam a Unipampa no que diz respeito às remoções, vacâncias e exonerações na Unipampa que evidenciam a dificuldade em manter os servidores trabalhando na Unipampa. Rafael Sais colaborou afirmando que houve o crescimento vertiginoso do número de servidores e, por isso, é preciso repensar muito a respeito dos encargos e atribuições de determinada área para que fique tudo padronizado e não sobrecarregue determinados servidores. Ele salientou que o SEI vai ajudar na tramitação de documentos, enquanto o SIORG será como uma árvore que mostrará a instituição como um todo. Martinatto reforçou que está sendo pensada a mudança na estrutura da instituição que permitirá a melhoria do trabalho, principalmente, de quem exerce o cargo de chefia. Para ele, é preciso ter uma visão sistêmica da universidade. Maria do Socorro exemplificou que há diretorias ocupadas por docentes que ainda precisam ministrar 8 horas de sala de aula. Ciro solicitou que seja inserida a valorização de chefia dos setores, pois ele acha difícil que alguém “compre uma briga” por uma FG4, por exemplo. O Reitor concordou que isso é um ponto importante a ser discutido, ele aponta que a estrutura da Unipampa é ampla, mas o número de FGs e CDs é menor do que o esperado em relação a outras IFES. Ele afirmou que em anos anteriores de implantação e diante da abundância de recursos não foi pensada essa questão, pois a Unipampa nem possuía organograma. Joice colaborou apontando que as coordenações de curso precisam de secretários diante da demanda considerável, pois o trabalho dos coordenadores deveria ser guiada pela gestão de curso e não pela burocracia. Lima afirmou que há propostas de mudanças no regimento, mas alguns tópicos não podem ser mudados por questões legais, por isso questões que envolvem coordenação, substituição de chefia precisam ser bem pensadas do ponto de vista do bom senso, do diálogo para contornar problemas.

Professor Leugim, representante da CPA, afirmou que há muitas avaliações e os servidores reclamam que são muitas questões a serem respondidas e o ideal seria unificar os questionários de modo a respeitar o que os órgãos de fiscalização solicitam. Por isso, ele considera o número grande de questionários como uma fraqueza. Mas, para Caroline, é uma força e oportunidade o apoio do DTIC no sentido de melhorar o processo. Por isso, para os presentes, foi considerada uma fraqueza o tempo para responder os questionários da CPA. Vinícius solicitou que os resultados das avaliações sejam considerados de forma mais incisiva pela gestão. Além disso, é preciso construir uma forma de avaliação externa para que a comunidade evidencie como ela vê a Unipampa, como ela percebe a instituição no seu dia a dia. Rafael Sais afirmou que a CPA evoluiu muito nos últimos anos, principalmente em relação a 2017. Para ele, seria pertinente que tivéssemos cursos mais periódicos de formação de gestores, inclusive aproveitando o recurso da EAD. A diretora destacou que foi bom o número de pessoas que responderam aos questionários. Os presentes foram informados que no dia 02/10 a Comissão de Avaliação visitará o campus para discutir avaliação. José Carlos questionou que o resultado da avaliação do docente por parte do discente precisa ser melhor trabalhada, pois mesmo tirando 1 ou menos o professor não sabe o que melhorar e o aluno não tem retorno e também não sabe muitas vezes para o que serve a avaliação. O Reitor colaborou afirmando que precisamos evoluir para mecanismos que não deixem ninguém melindrado em ser avaliado. Joice corroborou afirmando que a avaliação precisa ser no sentido de melhorar o desempenho do servidor e, por isso, a ferramenta de avaliação precisa contemplar isso e ser previamente conhecida por todos. Lima registra que temos que focar no feedback, pois os agentes envolvidos precisam do retorno da avaliação que realizou e da qual foi avaliado. Para ele, a avaliação de desempenho deve observar a ação reflexiva e atender aspectos óbvios. Leugim recordou que em 2017, a CPA inseriu em cada eixo uma pergunta de cunho pessoal que permitia que as pessoas de modo qualitativo se manifestassem, além de ofertar as pessoas a pergunta sobre o que havia mudado em relação ao questionário anterior. Rafael Sais questionou por que a falta de recursos para projetos foi apontada no diagnóstico local, uma vez que muitas vezes houve recursos e faltaram projetos. A diretora informou que a parte burocrática faz com que muitos servidores tirem do próprio bolso para pesquisar. O professor Eduardo colaborou afirmando que os editais de pesquisa tem como problema a execução dos recursos. Há a sensação de que as pró-reitorias ou setores não “conversam” e impedem a aquisição e o andamento do projeto. Para ele, não há dúvida que a fundação será essencial. Evelton afirmou que, quando o edital é lançado, as etapas a serem seguidas acontecem e, paralelo a isso, há o andamento de outras etapas. Para ele, é importante constar no documento que quando do lançamento do edital todas as demais etapas paralelas precisam caminhar junto, de modo a facilitar o trabalho do pesquisador. Pierre destacou que em relação à internet será feita uma análise da rede interna e da lentidão, tendo em vista que dos 60 GB o campus usa 40 GB. O professor Eduardo informou que, talvez, o problema da internet não seja só a lentidão, e sim a

instabilidade. Para Pierre, essa questão só será resolvida com a destinação de recursos para esse fim. Paulo de Tarso atualizou aos presentes o estágio no qual se encontram os pedidos de pós na PROPPI. Embora os calendários de editais não estejam sempre atrelados ou em sintonia com órgãos de fomento é preciso que os campi fiquem em alerta a respeito. O aluno Elias questionou sobre os projetos de ensino, principalmente monitoria, que para ele são poucos diante do número de retenção de alunos. Para ele, se o aluno tiver mais monitorias, poderá diminuir a evasão no campus. Eduardo, em relação a pós, espera que a Capes divulgue logo o resultado da proposta do Campus. A atual proposta do campus permite que docentes de vários cursos e áreas possam participar pelo perfil amplo dessa proposta. Quanto a isso, o professor Madruga ressaltou que uma boa proposta de curso com a visão que Itaqui está tendo faz com que as chances de sucesso sejam maiores. Professor Tiago, respondendo a Bruno sobre a desburocratização dos projetos de monitoria, entende que há questões pedagógicas desnecessárias e o pior é que o monitor começa a trabalhar em maio e o período mais importante da monitoria é nos dois primeiros meses do semestre. Além disso, o ideal é que o projeto possa ser renovado ano a ano e não começar do zero. Bruno respondeu que para o ano que vem haverá as mudanças que contemplarão alguns pedidos dos professores e se for mudado o prazo de ampliação da vigência das bolsas haverá, consequentemente, a diminuição do número de bolsas e dos valores respectivos. A diretora colaborou afirmando que é preciso desvincular o pedido de monitoria do pedido de bolsa. Paula Ribeiro colaborou afirmando que quando o monitor começa a trabalhar ela já aplicou duas provas e o prejuízo já é considerável. O aluno Elias afirmou que o valor pago hoje é simbólico e ficará ainda mais se diminuir em 2019. Ele concordou que o projeto prossiga no ano seguinte, desvinculado inclusive de bolsa e trabalharia de graça até outro monitor iniciar os seus trabalhos. Diogo Elwanger explanou sobre os pontos elencados em relação à política estudantil. Ele apontou que, em relação aos três eixos de apoio aos estudantes, houve avanços em moradia e alimentação, mas há um passivo no acompanhamento do desenvolvimento estudantil e pedagógico e a questão da saúde física e mental do estudante. Falta, para ele, uma política estudantil. Falta, também, integração em cultura e esporte. Para ele, tudo que está ligado a orçamento e decisão política não pode ser visto como ameaça interna, portanto, nos próximos cinco anos há um fator externo a ser levado em conta no que diz respeito a investir em educação. Diogo Martinez questionou a respeito do RU e da diferença do cardápio da empresa antiga em relação à nova e quanto ao período de vigência do contrato. Diogo Elwanger respondeu que pelo sistema de pregão o contrato é de um ano renovável por mais quatro anos. Para ele, contratos longos estão começando a ser vistos como um modelo a ser repensado, mas ele lembra que é um casamento longo e poderá acontecer algum problema sério no caminho, como a repactuação, por exemplo. A rotatividade das empresas é um problema a ser sanado, pois os alunos sofrem com isso, mas ele justifica que os problemas operacionais de atender a uma demanda grande de pregões e contratos. Em relação às bolsas, Vinícius reforçou que elas são vitais para a universidade e teremos que ter uma política a esse

respeito. Ele solicitou que sejam valorizados os NuDES. O aluno Elias questionou o aumento do preço do RU que não constava na pauta da reunião da PRAEC e que havia um planejamento para que não houvesse qualquer aumento. Para Elias, o aumento seria de R\$ 3,00 em agosto e R\$ 4,00 em meados de 2019. Ele quer saber por que o aumento foi superior ao que o Pró-reitor informou. A diretora lembrou que foi feita reunião com os discentes a respeito e na pauta constava o aumento no valor da refeição no RU. Elwanger relatou em relação ao pagamento que a universidade pactuou que ela pagaria 70% e o aluno 30%. Os reajustes contratuais não foram repassados aos estudantes e a universidade suportou essa política de não repassar. Hoje, a média as refeições beira os R\$ 12,00. Para ele, é preciso compreender a política da universidade diante do fato de ela não ter praticado aumento no início do ano, entendendo que não haverá aumento considerável de valores até agosto 2019. Ou seja, quando chegarmos nesse período, o percentual do aluno em 2019 será menor do que 30%. Em 2020, provavelmente, a nova gestão terá que repactuar e pensar na forma de equacionar o passivo da falta de reajustes. Rafael Sais destacou que deveremos deixar claro como qualificar o trabalho do NuDE. Para a diretora, é preciso aprovar o regimento do NuDE antes de qualquer coisa. A professora Socorro informou toda a dinâmica envolvendo a EAD e os motivos pelos quais foi escolhido Letras/Português em Jaguarão, principalmente pelo fato de que era necessário um curso presencial para abrir um EAD à época. Para ela, os campi devem manifestar o desejo de ser polo EAD, mas isso não significa que ele tenha que oferecer curso, ele poderá ser apenas polo. Ela reforçou que até o momento foram capacitados mais de 250 servidores a respeito de EAD. A capacitação dos docentes antes do início do curso é um trabalho prévio que busca a qualificação de todos os envolvidos. Ela destacou que os recursos envolvidos deverão ser usados apenas para atividades ou equipamentos relacionados à EAD e há a exigência de abertura de cinco polos que poderão totalizar 250 alunos. Luís Hamilton, após ter acesso ao diagnóstico do campus a respeito de infraestrutura e orçamento lembrou que nós somos culpados pelos erros e acertos da instituição. Ele citou, como exemplo, a falha de proposição de um segundo ciclo de cursos sem que houvesse a mínima estrutura para que isso fosse feito. Há cursos abertos em 2005, por exemplo, que até hoje não possuem laboratórios básicos, mas quando da criação em novos cursos em meados de 2012 não houve o cuidado e a discussão técnica que primeiro tínhamos que pensar em fortalecer os cursos já existentes. Ele informou que o orçamento é de três milhões para serem usados em investimento, ou seja, um valor ínfimo. A LOA de 2019 é um reflexo do trabalho de visitas e insistência nos gabinetes de ministros e políticos. Segundo Luís Hamilton, há em torno de 200 estruturas que necessitam de manutenção e de algum lugar deverá sair os recursos. Por isso, sem estudos técnicos e evidências corresse o risco de não haver nem ao menos um crescimento lento. Sendo assim, a reestruturação é a palavra-chave e, para tanto, o PDI deverá ser factível. Para ele, os próximos gestores sentirão na pele o que eles sentem hoje. Para exemplificar essa última fala, ele afirmou que só nessa tarde, recebeu 4 ouvidorias da CGU e, por isso,

servidores vitais ficam focados em atender demandas de fiscalização. Há situações em que a comunidade acadêmica não quer ocupar um prédio novo, criando inúmeras dificuldades. São apenas dois servidores para atender PPCI e toda vez que servidores modificam uma sala o trabalho deles terá que ser refeito. Luís reforçou que deveremos terminar aquilo que foi começado para depois pensar em novos passos. Para ele, a casa de estudantes não deveria ter sido pensada em um cenário onde muitos campi nem salas de aula possuem para atender a demanda. Por isso, os campi deverão criar as suas prioridades. Luciana Ethur apontou que ela não possuiu os laboratórios básicos e foi contrária junto com os alunos de Agronomia a expansão que seria projetada com a abertura de muitos cursos ao mesmo tempo, com o número mágico de dez cursos por campi. Dizia-se que deveríamos abrir os cursos para depois pressionar o governo por vagas docentes e orçamento, completou a professora do Campus. Ao mesmo tempo em que ela entende que deveremos reclamar temos que lembrar que nós somos a Unipampa. Por fim, ela apontou que há uma carência de veículo coletivo de transporte dos alunos para aulas práticas. Luís informou que se não for modificada a LOA no que diz respeito ao orçamento previsto para esse fim há a previsão de aquisição para 2019. A professora Fernanda Fiorda solicitou que esclareçam por que há uma planta piloto em Uruguaiana e se ela poderá ser adquirida pelo Campus Itaqui. Luís informou que foram feitas tratativas e ficou ajustado que se quisessem os equipamentos deveríamos fazer um projeto para modificar o fim original dos equipamentos, mas era preciso identificar quais eram os equipamentos que estavam alocados em um local que o próprio campus Uruguaiana não havia inventariado e muito menos a Secretaria responsável. O problema é saber onde estão os equipamentos, pois a própria PUCRS não os deseja mais e que ela considera que eles não são mais de responsabilidade dela. Porém, a Secretaria responsável informou que na carga dela a responsabilidade ainda é da PUCRS. Por sua vez, o Campus Uruguaiana exige que seja retirada a caldeira e seja transportada para Itaqui. Isso acarretaria licença da FEPAN e a contratação de uma empresa. O professor Madruga destacou que é preciso reconhecer que a fala do Luís Hamilton é corajosa e precisa ser feita, pois é importante que todos saibam a realidade e percebam que os servidores que estão na linha de frente na busca de recursos pelos corredores de Brasília. Sílvia destacou que a realidade que teremos que enfrentar é conhecida, mas ela solicitou que as demandas da biblioteca seja consideradas como uma prioridade e cita como exemplo, a própria segurança do acervo. Ela reforçou que faz quase um ano que o equipamento de segurança está estragado e, com isso, há prejuízo com o furto de livros. A professora Graciela informou que teve uma tentativa de cessão de equipamentos repassados pela PUCRS para a Unipampa Uruguaiana (adquiridos via COREDE) que estavam no Campus Uruguaiana e que foi cancelada depois, uma vez que ela foi informada dentro da própria Unipampa que os equipamentos seriam cedidos à prefeitura de Uruguaiana. Luís se comprometeu em verificar no dia 14/09/18 essa situação. O aluno Diogo Martinez ressaltou que a nota do curso no MEC na primeira avaliação foi muito boa e nas avaliações posteriores, por coincidência após a abertura de novos cursos, foi cada

vez mais baixa. A diretora lembrou que a abertura de cursos foi uma escolha institucional e agora teremos que abraçar a causa ou, caso contrário, teremos que fechar cursos. O aluno Elias destacou o trabalho de Luís Hamilton e salientou que não temos uma biblioteca e sim um almoxarifado de livros e falta espaço de estudos e convivência. A professora Nádia concordou com o aluno Elias e aponta que o curso de Nutrição é carente de laboratórios e ela frisou que as ações de extensão são prejudicadas pela falta de materiais ou equipamentos básicos e de custo razoável. Ela questionou como seria possível contemplar uma demanda básica diante de um edital que não previu as particularidades de cada curso. Luís respondeu que haverá para 2019 um recurso disponível para compra de equipamentos de ensino e ele complementou que estão trabalhando em uma política de manutenção de equipamentos. O professor Bruno, respondendo ao aluno Diogo Martinez, entende que o decréscimo das notas em avaliações oficiais não reflete um problema com a abertura de cursos apenas, e por isso ele lembra que o campus possui 6 cursos e deveremos lutar por todos. A diretora apontou que deverá ser pensada a manutenção dos equipamentos, pois há o risco de sucateamento. Bruno Martineto, em relação à aquisição de equipamentos para extensão, informou que alguns equipamentos são de difícil aquisição e que talvez pudesse ser uma solução rever o cronograma dos editais e colocar o período de compra o ano seguinte, permitindo a compra de equipamentos de valores menores. Ricardo Carpes esclareceu a respeito da formação que está sendo realizada nos mesmos dias da caravana do PDI e do custo com diárias que, para alguns, poderia ser revertido na aquisição e manutenção de equipamentos. Ele afirmou que a comunidade acadêmica, principalmente os docentes, solicitou que voltassem os fóruns e cursos de formação fomentados por uma rubrica específica para a formação dos professores. Caso não fosse usada, a Unipampa tem a obrigação legal de devolver todo o recurso não usado. Quanto ao assessoramento aos coordenadores, apenas dois campi não possuem ainda, mas se buscará uma fora de atender a essa demanda. Para ele, a nova resolução 29 será muito importante para que a instituição se torne mais moderna e eficiente. O professor Eduardo propõe que quando tivermos um recurso captado deveremos ter uma política que acelere o uso dos valores. O Reitor destacou que muitas instituições públicas, inclusive a Unipampa, captaram somas vultosas, mas não puderam gastar, em virtude da burocracia que é fruto da tentativa de impedir que os recursos sejam desviados. Ele apontou que é preciso relativizar os problemas e cita, por exemplo, que há campus que nem sala de estudos tem e aqui pelos menos há uma pequena, mas há. Ele salientou que isso não quer dizer que deveremos nos sentir satisfeitos com isso e sim, pensar de maneira mais proativa e positiva. Pierre afirmou que na DTIC há projetos de redução de custos e conseguiu, por exemplo, em um projeto um “desconto” de 300 mil Reais. Há conversas com a Google, por exemplo, para oferecer e-mail para todos os servidores e alunos. Se conseguir a parceria, não será necessário disponibilizar dois milhões de Reais. Além disso, salientou que quem souber de empresas ou programas educacionais que possam ser gratuitos que entrem em contato. Em relação SI, ele afirma que o custo de manutenção e atualização é

altíssimo. Salientou que o próprio sistema GURI, criado na Unipampa, é cobiçado por outras instituições. Cristian salientou que na DAEINTER há o esforço para ampliar o número de convênios com instituições do exterior e ampliação da oferta de bolsas com instituições públicas e privadas. Entrando na última pauta que dizia respeito ao orçamento, Rafael Sais destacou que não haverá recurso para todas as demandas e por isso ele solicita que o campus encaminhe quais são as prioridades do campus para os próximos 5 anos. Hamilton frisou que o PDI deve constar aquilo que minimamente a Unipampa poderá fazer, sob pena de entregar ao próximo gestor uma missão institucional pesada e difícil de executar. Mas, também, deveremos pensar em propostas que poderão ser realizadas caso a economia reaja e o país volte a crescer, completou. Ele destacou que o nosso orçamento não acompanha o crescimento da própria instituição. Outro ponto que ele frisou é a questão da comunicação da Unipampa que, de fato, carece de melhorias. Em relação aos postos terceirizados, ele afirmou que o pedido de um posto de trabalho terceirizado sob força de legislação deverá ser devidamente comprovado que é necessário, caso contrário, não será aberto. Por fim, reforçou que a matriz orçamentária leva em consideração o fator quantitativo 80% e qualitativo 20% que versa nos 80% o número de alunos, a evasão e retenção. Ele solicitou que o campus responda se a atual política de orçamento da Unipampa é a ideal, se precisa ser melhorada ou modificada. Fechando a reunião, foi pactuada a data de 22/09/18 para envio do diagnóstico final do Campus Itaqui. Nada mais havendo a tratar, eu, Leandro Silveira Fleck, encerrei o presente documento que será publicizado na página do PDI 2019-2023.